

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

VICTOR LAGONEGRO SANTANA MARTINHO

ECOSSISTEMA DA BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL

SÃO PAULO

2023

VICTOR LAGONEGRO SANTANA MARTINHO

ECOSSISTEMA DA BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL

Projeto desenvolvido para a disciplina Reportagens Especiais, do curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Silvestre Cardoso

SÃO PAULO

2023

RESUMO

Este artigo aborda um breve histórico do pentecostalismo, contextualizando sua chegada ao Brasil, a fim de compreender suas características dentro do território nacional, bem como as diferenças entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo, para, posteriormente, visualizar como sua conexão com a política institucional brasileira aconteceu. Para tanto, construiu-se uma linha do tempo das principais transformações das constituições brasileiras no que se refere à relação da religião com o Estado, até a definição do Brasil como um Estado laico, e as discussões dos limites práticos desse conceito. Com tal construção em mente, partimos para uma análise da bancada evangélica no mandato de 2018-2022, nomeando seus principais expoentes e as pautas que mais movimentaram os parlamentares durante o período. Por fim, uma prévia do que se espera da FPE (Frente Parlamentar Evangélica) no mandato que se inicia em 2023.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Neopentecostalismo; Estado laico; Política brasileira; Bancada evangélica

ABSTRACT

This article discusses a brief history of Pentecostalism, contextualizing its arrival in Brazil, in order to understand its characteristics within the national territory, as well as the differences between Pentecostalism and Neo-Pentecostalism, to subsequently visualize how its connection with Brazilian institutional politics has happened. To this end, a timeline of the main transformations of the Brazilian constitutions was constructed regarding the relationship between religion and the State, up to the definition of Brazil as a secular State, and the discussions of the practical limits of this concept. With this construction in mind, we set out to analyze the evangelical bench in the 2018-2022 term, naming its main exponents and the agendas that most moved parliamentarians during the period. Finally, a preview of what is expected from the EPF (Evangelical Parliamentary Front) in the mandate that begins in 2023.

Keywords: Pentecostalism; Neo-Pentecostalism; Secular State; Brazilian politics; Evangelical bench

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. Brasil, um Estado laico.....	8
2. O fenômeno evangélico	12
3. A bancada evangélica	19
3.1. A bancada evangélica (2018-2022)	22
3.2. A bancada evangélica (2023)	24
4. Considerações finais	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional brasileiro conta, há alguns anos, com um grupo de parlamentares que, de maneira sistemática e organizada, defende os interesses do grupo religioso que mais agregou seguidores por todo o território nacional nas últimas décadas: os evangélicos. O crescimento geral do “evangelicalismo” no país, de 1980 a 2010, foi de 15,6%¹ – o maior dentre todas as religiões presentes nas pesquisas¹. Entretanto, neste artigo, é importante que seja reconhecida a individualidade dos diferentes grupos evangélicos no Brasil, principalmente suas duas maiores correntes: o pentecostalismo e o neopentecostalismo – e então poderemos entender como esses movimentos passaram a fazer parte da política institucional brasileira.

O pentecostalismo (ou pentecostalismo clássico), uma das correntes dissidentes dos movimentos protestantes europeus do século XVI, surgiu nos Estados Unidos entre o final do século XIX e o início do século XX (MATOS, 2008, p. 24) tendo como características principais dois fenômenos: o “avivamento”, que pode ser entendido como uma intensificação da fé nas manifestações da vida espiritual do indivíduo, e o “falar em línguas”, fenômeno que, segundo Parham², consiste na manifestação do batismo do Espírito Santo. Com a consolidação do pentecostalismo em território estadunidense, o projeto de exportação ideológica, nos padrões neocoloniais, começou e rapidamente alcançou nosso território - ainda que tenha demorado a se firmar entre os brasileiros (MATOS, 2008, p. 38). Como descreve Gedeon Freire Alencar em seu texto produzido para o site *Religião e Poder* (2022), o crescimento da adesão a esse modelo teológico começou por volta de 1950, na segunda onda do pentecostalismo no Brasil³, que avançou junto à industrialização, à urbanização e aos meios de comunicação, e passou a se distanciar, gradativamente, de características do pentecostalismo clássico como o “falar em línguas”, ganhando características singulares e convenientes ao clima liberal (na economia, e conservador nos costumes) que viria a se estabelecer no país nos anos seguintes se perpetuando até os dias atuais.

O termo neopentecostalismo não foi - e ainda não é - uma unanimidade entre os pesquisadores do tema; termos como “pentecostalismo autônomo”, “pentecostalismo de

¹ Dados extraídos dos Censos referentes aos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

² Um dos fundadores do pentecostalismo clássico e o primeiro a considerar o “falar em línguas” como evidência inicial do batismo do Espírito Santo (MATOS, 2006, *O Movimento Pentecostal: Reflexões a Propósito do seu Primeiro Centenário*, p. 30)

³ “Teoria das ondas” de FRESTON, descrita em sua obra *Breve história do pentecostalismo brasileiro*”

cura divina” e “pentecostalismo líquido” são apenas algumas variantes que encontrei ao pesquisar por esse fenômeno que gera divergências justamente por aliar uma forma de expressão completamente adaptada ao mundo moderno - estando presente nos espaços digitais em formatos variados (textos, vídeos longos, vídeos curtos e áudios) e em todas as plataformas que a tela na sua frente seja capaz de acessar – mas mantendo aspectos do movimento pentecostal dos anos 50 – principalmente no que se refere ao conceito de cura divina. Sua singularidade está na valorização do mundo material, o que permite aos fiéis almejar a ascensão econômica e a posse de bens, valores que outrora seriam condenáveis pelas lentes da “moral cristã”⁴ – esta que era guiada pela austeridade que proporcionaria uma “vida humilde”, recompensada no pós-vida daqueles que a seguissem.

A disseminação da corrente neopentecostal se deu principalmente nas camadas mais pobres da população, e foi lá que ela ganhou tração e se mantém até hoje, como mostra uma pesquisa de 2019 realizada pelo DataFolha. O arquétipo do evangélico no Brasil é uma mulher, preta ou parda que ganha até dois salários mínimos - o recorte racial representando 59% e o de renda 48% do universo pesquisado. Vale ainda destacar que apenas 15% dos evangélicos chega a cursar o ensino superior. Ainda assim (ou, talvez, por conta disso) a teologia da prosperidade⁵ se mantém, ao ponto que durante o início da década de 1980 uma nova igreja pentecostal surgia a cada semana no Brasil⁶. Outra possível resposta pode ser encontrada na biografia de um dos fundadores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), uma das maiores pentecostais do Brasil - e a única que se identifica como neopentecostal no ranking⁷. Hoje pastor, Edir Macedo nasceu em 1944 e ainda durante a adolescência ingressou na Igreja de Nova Vida (católica), mais tarde deixando-a para fundar a Igreja da Bênção (atual IURD).

“Macedo residiu nos Estados Unidos de 1986 a 1989. Quando voltou para o Brasil, transferiu a sede da igreja para São Paulo e adquiriu a Rede Record de Televisão. À medida que construía um império econômico e de comunicações, a igreja também se preocupou em

⁴ O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos? (MAFRA, SWATOWISKI e SAMPAIO, 2012)

⁵ Denominação teórica definida por FRESTON em sua obra *“Breve história do pentecostalismo brasileiro”*

⁶ Dados de um estudo do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) publicado no livro *“Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política”* (FERNANDES, SANCHIS, VELHO, CARNEIRO, MARIZ e MAFRA, 1998)

⁷ Dados encontrados na reportagem *“A ascensão e influência das igrejas neopentecostais”* (ROCHA, 2020) e extraídos do Censo de 2010 realizado pelo IBGE

buscar sustentação política, elegendo em 1990 três deputados federais, e outros mais em anos posteriores.” (MATOS, 2006, p.46)

Percebe-se, dessa forma, que o neopentecostalismo e a política estão ligados desde o surgimento dessa “onda”, como define Freston. As especificidades dessa e de outras relações entre religião e política serão estudadas neste artigo, tendo como principal objetivo mapear, através de consultas ao portal oficial da Câmara dos Deputados⁸, a formação atual e os principais representantes da bancada evangélica. Através de consultas a ferramentas disponibilizadas pela mídia como “O voto dos deputados” (G1)⁹, mapearemos, também, a atuação dessas figuras durante seus mandatos analisando o conteúdo dos projetos que mais movimentaram a bancada evangélica de 2018 a 2022 e estabelecendo uma prévia do que será pautado no mandato que se iniciou em 2023. Além disso, tentaremos responder se a atuação das frentes cristãs dentro do Congresso Nacional inibe, direta ou indiretamente, a organização de grupos que possam representar as outras religiões na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

⁹ Disponível em: <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/camara-dos-deputados/brasil>.

1. Brasil, um Estado laico

Para compreender a relação da religião com o Estado brasileiro, sobretudo as pentecostais e neopentecostais, é necessário que antes se faça compreender as origens e o contexto histórico do surgimento do conceito de “laicidade” de um Estado e toda a sua relação com correntes de pensamento características do chamado “mundo moderno” – e sua busca pela garantia de direitos individuais, alinhados à agenda liberal.

As primeiras referências ao que culminou neste modelo de ordenamento estatal datam de 1648, sob as linhas dos tratados que promoveram a Paz de Westfália – uma série de acordos que ficou conhecida por colocar um fim à Guerra dos 30 anos. Este conflito teve como um de seus estopins as divergências religiosas entre a Igreja Católica, uma instituição com amplo poder político na Europa do século XVI, e os protestantes (principalmente luteranos e calvinistas)¹⁰. Dentre as múltiplas consequências do final desse conflito, Joana Zylbersztajn destaca “o início da superação da tese de origem e legitimação divina do poder do governante e o surgimento da soberania estatal [...]”¹¹. Quanto ao caráter liberal da garantia de direitos individuais, Diogo Bacha e Silva comenta:

“Não por outra razão, o contratualismo, principalmente de John Locke, vai se insurgir contra a assunção política da religião. A partir de sua obra *Cartas sobre a Tolerância*, John Locke empreende uma verdadeira crítica a imiscuída relação entre Igreja e Estado. Para ele, então, a comunidade deve estar preocupada com as questões civis, entendida estas coisas como vida, liberdade, igualdade, propriedade. A igreja deve se preocupar com a salvação da alma. A verdadeira religião não se impõe pela força, pela lei, mas pela fé, pela crença.” (2017. Revista da Faculdade de Direito – RFD-UERJ, nº31, p. 74)

É, portanto, possível afirmar que a dissociação da Igreja e do poder religioso como um todo se dá, inicialmente, não pelo reconhecimento da pluralidade das crenças individuais que poderiam vir a compor uma sociedade (visto que os textos abordam “a Igreja”, e não a fé irrestrita), mas sim pelo ímpeto de promover a tolerância às decisões tomadas por cada indivíduo segundo a sua interpretação de uma divindade única de “fés múltiplas”. Entretanto, foi a partir deste precedente que a laicidade passou a ser pensada e conceituada como um princípio constitucional ao redor do mundo – a

¹⁰ POLITIZE!. *Paz de Westfália: o marco das Relações Internacionais* (BRITO, 2021). Disponível em: <https://www.politize.com.br/paz-de-westfalia/>. Acesso em: 28/04/2023 às 13:43.

¹¹ O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988 (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.18)

laicidade como “liberdade para todo homem [...] exercer o culto religioso ao qual esteja ligado”, como afirma o art. 3º da primeira Constituição Francesa de 1791.

De volta à América Latina, é possível observar um processo de constitucionalização particular em terras brasileiras. Enquanto países como França e Estados Unidos emergem como Estados (não necessariamente democráticos) submissos a constituições seculares, a primeira constituição brasileira durante o período imperial (1822-1889)¹², nos definia como um Estado Confessional¹³. Este tipo de ordenamento estatal reconhece uma ou mais religiões como oficiais; suas leis e decisões podem ser influenciadas pelo pensamento professo e podem privilegiar e disseminar a fé do Estado, ainda que reconheça e tolere outras práticas religiosas¹⁴.

Em 1824, o art. 5º da Constituição do Império definiu: “*A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo*”¹⁵.

“Um rápido exame dos dois enunciados do art. 5º é capaz de revelar o tênue e frágil compromisso assumido pelo Estado Brasileiro em face da liberdade religiosa no decorrer de quase todo o século XIX. [...] o verbo continuar será a senha para o reconhecimento de um autêntico direito; o verbo permitir corresponderá, antes, a uma autêntica concessão do poder estatal, e não propriamente ao reconhecimento de um pleno direito.” (CASAMASSO, 2010, p. 6170)¹⁶

A interpretação deste trecho em particular vai de encontro à tese de que, historicamente, as liberdades individuais, restritas ao espaço privado, foram reconhecidas e respeitadas antes mesmo que se pudesse pensar na garantia dos direitos amplos a práticas religiosas plurais em espaços públicos – e isso influenciará diretamente na relação entre o neopentecostalismo (e seu alinhamento ideológico à pauta liberal) e o ecossistema político do Estado laico brasileiro.

¹² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/oimperio.html>. Acesso: 30/04/2023 às 20:19.

¹³ Laicidade e Estado Democrático de Direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático (SILVA, 2017. Revista da Faculdade de Direito – RFD-UERJ, nº31, p. 75)

¹⁴ RELIGIÃO E PODER. *Estado Laico* (REIS, 2021). Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/estado-laico/>. Acesso: 30/04/2023 às 20:23

¹⁵ Trecho retirado da Revista da Faculdade de Direito – RFD-UERJ, nº31, p.75

¹⁶ Trecho do trabalho ESTADO, IGREJA E LIBERDADE RELIGIOSA NA "CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO DO BRAZIL", DE 1824, publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI

A privação da presença de religiões acatólicas na esfera pública se faz ainda mais clara no art. 95, ainda da Constituição de 1824, que vetava àqueles que não professassem a fé do Estado a participação como eleitores ou candidatos ao parlamento – dessa forma evitando que o debate público chegasse às altas instituições do império.

“Quanto à cidadania ativa – o direito de participação política dos cidadãos –, a Constituição de 1824 vedava expressamente a possibilidade de eleição de acatólicos para a Assembléia Geral. Conforme o disposto no caput do art. 95 e no seu inciso III, todos os eleitores eram considerados habilitados para serem nomeados deputados, com exceção dos que ‘não professarem a Religião do Estado’.” (CASAMASSO, 2010, p. 6171)¹²

Esse cenário começa a mudar em 1889, com a Proclamação da República e, no ano seguinte, com o Decreto 119-A redigido por Rui Barbosa e divulgado no dia 7 de janeiro do mesmo ano. Nele, o Estado passou a ser proibido de interferir em assuntos de matéria religiosa, bem como houve a extinção do padroado e fora institucionalizada a plena liberdade de cultos religiosos (PIRES, 2015)¹⁷. A partir disso, na Constituição de 1891, a prática desses cultos não mais era referida como uma “permissão restritiva”, como definiu anteriormente Casamasso, mas sim como uma permissão “pública e livre” de expressão da fé – nos termos do próprio texto constitucional¹⁸. É, portanto, em 1891 que a separação entre a Igreja e o Estado se torna uma tônica na elaboração do texto constitucional¹⁹ - sendo a única, pós-Brasil República em períodos democráticos, a não mencionar “Deus” no seu preâmbulo²⁰.

Revisando análises dos textos constitucionais subsequentes ao de 1891 (1934, 1937, 1946, 1967 e, finalmente, 1988) sob as lentes da relação entre o Estado e a religião, é notável a influência das constituintes europeias; seja em momentos de maior liberdade para a pluralidade religiosa – como na Constituição de 1891, com claras referências ao movimento da Revolução Francesa que primava pelas liberdades individuais – ou em momentos de maior restrição – como em 1937, sob influência do

¹⁷ JUSBRASIL. *A Religião e o Estado Laico*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-religiao-e-o-estado-laico/167709988>. Acesso: 30/04/2023 às 22:49.

¹⁸ Art. 72 §7º: “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para este fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”

¹⁹ JUSBRASIL. *A Religião e o Estado Laico*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-religiao-e-o-estado-laico/167709988>. Acesso: 01/05/2023 às 15:08.

²⁰ O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988 (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.20)

movimento fascista italiano que, apesar de não simpatizar com a colaboração entre religião e Estado, ainda limitava as práticas religiosas sob o manto da moral e dos bons costumes (conceitos, estes, intrinsecamente relacionados à fé cristã).

O Dr. Maurício Pires, em seu texto para o Jusbrasil (2015), destaca a influência de experiências anteriores de países como Portugal, Espanha e França na definição das fronteiras que a laicidade estabeleceria na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Como a tendência internacional no período era o fortalecimento dos direitos individuais, a nossa Constituição Cidadã optou por deixar explicitamente clara a liberdade religiosa:

“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;” (Título III, Capítulo I, art. 19 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Entretanto, como é exposto por Douglas Pinheiro em “*Direito, Estado e Religião: a Constituinte de 1987/1988 e a (re)construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro*”, ainda nas deliberações do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987/1988, foi regulamentada a permanência da bíblia sob a bancada durante os trabalhos – e dele parte a provocação:

“Afinal, pode o regimento de uma constituinte que pretende se pautar pelo igual respeito e consideração aos valores religiosos plurais declarar a sacralidade de um símbolo em particular? A exposição de tal símbolo com destaque – sobre a mesa da Assembléia Nacional Constituinte – abre que perspectivas de interpretação?” (PINHEIRO, 2008, p. 10)

O artigo 46 do Regimento Interno da ANC – este, que estabelece a permanência da Bíblia Sagrada sobre a mesa da casa – foi resultado da aprovação unânime da Emenda nº 681 proposta pelo deputado constituinte Antônio de Jesus (PMDB/GO); não apenas seu nome faz referência a um símbolo cristão - o deputado era, também, pastor da Assembleia de Deus. Este fato não é uma coincidência: a Assembleia de Deus é até hoje a maior representante dos evangélicos no país - 30% dos 42 milhões de fiéis segundo o Censo de 2010 (IBGE)²¹. Mas antes de mergulharmos na provocação

²¹ JORNAL OPÇÃO. *Maior igreja evangélica do Brasil: Assembleia de Deus articula criação de partido político*. (QUIXABEIRA, 2017). Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/maior-igreja-evangelica-brasil-assembleia-de-deus-articula-criacao-de-partido-politico-89726/>. Acesso: 01/05/2023 às 17:57

proposta por Douglas Pinheiro, vamos nos aprofundar na história do evangelicalismo no Brasil e sua intrínseca ligação com a agenda liberal e a política institucional brasileira.

2. O fenômeno evangélico

O “pentecostalismo inicial” – aquele que surge nos Estados Unidos, durante o início do século XX, com a popularização dos avivamentos e da glossolalia (o “falar em línguas”) – surgiu como uma corrente teológica que rejeitava o intelectualismo de seus líderes e propunha uma manifestação sem formalidades e com intensa carga emocional de seus fiéis²². Por conta disso, principalmente em seus primeiros anos, se tornou uma forte referência para populações negras e imigrantes nos Estados Unidos que, ao buscar exercer sua fé em outros espaços, geralmente acabavam por ser marginalizadas. No que tange às características da doutrina, Daniel Rocha destaca o caráter escatológico que predominava no discurso, atribuindo à descida do Espírito Santo um novo despertar que viria a conferir aos pentecostais “um lugar especial na história do cristianismo e nos planos de Deus em relação ao futuro da humanidade.”¹⁹. O autor faz uma ressalva:

“Entretanto, a expectativa da iminência do fim, a espontaneidade, o primado da oralidade sobre a tradição teológica e uma certa informalidade que marcou os primórdios do movimento pentecostal foram, aos poucos, tendo que conviver com um processo lento e gradual de institucionalização em igrejas locais e denominações de caráter nacional. Novas ‘revelações do Espírito Santo’ levaram a sucessivas cisões dentro dos incipientes grupos pentecostais. Podemos perceber já nos dezessete artigos do *primeiro Statement of Fundamental Truths* das Assembleias de Deus norte-americanas de 1916 traços da influência da perspectiva teológica conservadora fundamentalista e do literalismo bíblico sobre setores do movimento pentecostal.” (ROCHA, 2020)

Tal crescimento da teologia conservadora dentro do meio pentecostal se expressou principalmente na escatologia dispensacionalista que, em linhas gerais, separa a história da relação de Deus com a humanidade em sete eras (ou “dispensações”)²³:

²² “FAÇA-SE NA TERRA UM PEDAÇO DO CÉU”: PERSPECTIVAS MESSIÂNICAS NA PARTICIPAÇÃO DOS PENTECOSTAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA”. (ROCHA, 2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/8CW9t4FndNxRbQcBGxc5KPL/?lang=pt>. Acesso: 02/05/2023 às 21:37

²³ ROCHA, 2020, apud. *The Scofield Reference Bible* (SCOFIELD, 1967, p.5)

- “1) a “Inocência”, que terminaria com a Queda e a expulsão de Adão e Eva do Paraíso;
- 2) a “Consciência”, que se findaria com o Dilúvio;
- 3) “O Governo Humano”, que seria encerrado em Babel;
- 4) a “Promessa”, que acabaria na escravidão no Egito;
- 5) a “Lei”, que terminaria com a rejeição e crucificação de Cristo;
- 6) a “Graça” ou “Período da Igreja”, que se encerraria com o governo do Anticristo durante a Tribulação, a Batalha do Armagedom e a Segunda Vinda de Cristo;
- 7) o “Milênio”, no qual Cristo reinaria pessoalmente na Terra junto aos seus santos.” (ROCHA, 2020)

Assim como na concepção da Constituição, a importação de tendências internacionais também se aplica à chegada do pentecostalismo ao território nacional, que por muitos anos seguiu a corrente escatológica dispensacionalista e, segundo pesquisadores como MENDONÇA²⁴, SIEPIERSKI²⁵ e BAPTISTA²⁶ foi graças ao caráter pré-milenarista que, durante muitos anos, a ideia do distanciamento entre a igreja e o meio político – principalmente institucional - se proliferou entre seus fiéis.

O estabelecimento do pentecostalismo no Brasil vai acontecer gradativamente durante todo o século XX, de forma fragmentada, como define Paul Freston³. Em seus estudos, o sociólogo dividiu o fenômeno evangélico brasileiro em três ondas. A primeira em 1910, ainda durante os primeiros momentos do pentecostalismo nos Estados Unidos, trouxe a Congregação Cristã no Brasil (1910) e as Assembleias de Deus (1911); a segunda, no final de 1950 e início de 1960, importou de terras estadunidenses a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), e fundou a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo (1955) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962); por fim, a terceira onda acontece no final de 1970 e início dos anos 1980, com o surgimento da corrente neopentecostal representada principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus (1977), mas com outras representantes de certa relevância como a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), a Igreja Renascer em Cristo, a Comunidade Sara Nossa Terra, a Igreja Paz e Vida e as Comunidades Evangélicas. Cada onda teve uma característica específica do discurso pentecostal imbuída sobre si; a primeira onda teve a glossolalia, a segunda onda trouxe a cura divina e a terceira onda o exorcismo e um elemento chave para entender a relação dos evangélicos com a política institucional: a teoria da prosperidade.

²⁴ ROCHA, 2020, apud. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica (MENDONÇA, 2004, p. 70-71)

²⁵ ROCHA, 2020, apud. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro (SIEPIERSKI, 2004, p.81)

²⁶ ROCHA, 2020, apud. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil (BAPTISTA, 2009, p.80)

Vale destacar, ainda, que os principais expoentes do evangelicalismo no Brasil são, até hoje, instituições que surgiram em alguma das três ondas de Freston. No Censo de 2010 (IBGE), as quatro igrejas pentecostais com mais seguidores no Brasil eram, respectivamente²⁷, a Assembleia de Deus com 12,3 milhões de seguidores, a Congregação Cristã no Brasil com 2,28 milhões (ambas fundadas durante a primeira onda), a Igreja Universal do Reino de Deus com 1,87 milhão de fiéis (terceira onda, e a única que se identifica como neopentecostal no ranking) e, por fim, a Igreja Evangelho Quadrangular com 1,8 milhão de adeptos (segunda onda). Isso demonstra a força que essas instituições conquistaram em um curto período, uma vez que a Igreja Católica atua em território brasileiro há séculos - inclusive aliada à política institucional e tendo sido considerada a Religião oficial do país - e detém, segundo pesquisa do Datafolha de 2019²⁴, apenas 50% da fé dos brasileiros enquanto a fé evangélica alcança 30% em pouco mais de 100 anos – tendo um crescimento de mais de 60% entre 2000 e 2010²⁸.

Tal crescimento não acontece por acaso; os líderes pentecostais – e, no Brasil, neopentecostais – não só eram adeptos da informalidade na prática e manifestação religiosa como também acompanharam o *boom* dos meios de comunicação entre os anos 1970 e 1980, o que os impulsionou em alcance e influência. Em seu livro “*Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*”, Andrea Dip faz referência àqueles que denomina como “pastores televisivos”²⁹: líderes de denominações evangélicas que desde o início se preocuparam em acompanhar as revoluções dos meios de comunicação. A jornalista e autora da obra cita Freston ao dizer que: “[...] as Pentecostais se identificam com a cultura do cinema, do rádio e do espetáculo.”; em outro trecho, Freston:

“O rádio nos Estados Unidos é usado por eles [pentecostais] desde a década de 1940. A primeira tentativa de usar a televisão, na verdade, foi em 1950, mas não deu certo, porque ainda não era um veículo de massa. O uso maciço explodiu mesmo nos anos 1980.” (DIP apud. FRESTON, 2019, p.71)

²⁷ NEXO. *A ascensão e influência das igrejas neopentecostais* (ROCHA, 2020). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais#section-48>. Acesso: 03/05/2023 às 00:49

²⁸ G1. *Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE* (2012). Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>. Acesso: 03/05/2023 às 00:50

²⁹ Seção apresentada no Capítulo 4 - “O COMEÇO DE TUDO” (2ª edição, 2019, p.70)

A pesquisadora Larissa Preuss³⁰ destaca em outro trecho do livro de Andrea Dip: “O R.R. Soares é o pentecostal mais antigo na televisão, desde o fim da década de 1970, e o Silas Malafaia inaugurou o seu programa em 1982.”. Os nomes em questão não são desconhecidos ao grande público, e não só pelas suas carreiras na televisão; Silas Malafaia é hoje líder de uma Assembleia de Deus, a ADVEC (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) e construiu uma relação de intimidades com o bolsonarismo ao discursar abertamente em favor do ex-presidente da república Jair Bolsonaro; o pastor também coleciona processos desde 2017³¹ e mantém tração política até hoje comentando acontecimentos, principalmente relacionados à pautas da direita bolsonarista – no último deles, Malafaia defende Bolsonaro e critica a cobertura da imprensa no escândalo das joias³². Já R.R. Soares foi cofundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), seguimento do qual se desvincilhou para fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus; em 1978 veiculava o programa “Despertar da Fé” na extinta TV Tupi; publicou diversos livros e gravou nove álbuns de música gospel; era protagonista de 100 horas semanais de programação televisiva em diversas emissoras do país durante os anos 2000 – e hoje é dono de uma emissora, uma rádio e uma operadora de TV por assinatura. Romildo Soares é dono de um patrimônio avaliado em cerca de R\$250 milhões segundo a Forbes. Além disso, é casado desde a década de 1970 com a irmã de Edir Macedo - um terceiro (e importantíssimo) nome do cenário evangélico brasileiro³³.

Cofundador da IURD ao lado de R.R. Soares – e até hoje o maior expoente do seguimento no Brasil - Edir Macedo foi o principal responsável pela expansão da IURD no país, tendo alcançado já na década de 1980 todos os estados brasileiros e, na década seguinte, mais de 50 países ao redor do globo³⁰. Em 1989, com a aquisição da Rede Record de Televisão e Rádio, o bispo sacramentou a relação entre os evangélicos e os meios de comunicação em massa, de forma que a IURD passou a ocupar cada vez mais a vida de seus seguidores. A facilidade que o neopentecostalismo da Igreja Universal tem ao se comunicar com os seus fiéis e ampliar a sua doutrina está, essencialmente, no fato que Edir Macedo “não imputa uma relação de oposição entre

³⁰ Autora da tese “As telereleigiões no telespaço público: o programa *Vitória em Cristo* e a estratégia de mesclar evangelização e preparação política”

³¹ G1. *Tudo sobre Silas Malafaia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/silas-malafaia/>. Acesso: 03/05/2023 às 03:17

³² PODER360. *Malafaia defende Bolsonaro e critica imprensa no caso das joias* (2023). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/malafaia-defende-bolsonaro-e-critica-imprensa-por-caso-das-joias/>. Acesso: 03/05/2023 às 03:22

³³ Todas as informações foram retiradas da reportagem *A ascensão e influência das igrejas neopentecostais* do NEXO

‘ser popular’ e ‘modernidade’, nem atribui, ao popular, um lugar social de inferioridade do ponto de vista simbólico.”³⁴ – comportamento comum a seguimentos religiosos tradicionalistas como as Igrejas Históricas e dentro do catolicismo dos anos 1980.

Dessa maneira, o pentecostalismo como um todo alcançou o mesmo tipo de público que o consolidou nos Estados Unidos no início do século XX: as parcelas marginalizadas da população – traduzidas, em português, em uma mulher, preta ou parda que ganha até dois salários mínimos.³⁵ O grande diferencial da IURD foi que Macedo viu uma grande oportunidade de impulsionamento do seu discurso entre esse público não através do enaltecimento da pobreza, como era comum ao discurso beato, mas sim de algo muito mais adaptado à sociedade do consumo (BAUMAN, 2008, p. 71) e palatável ao clima político inclinado ao liberalismo característico do final do século XX e início do século XXI: a teologia da prosperidade; e, associada à ela, a teologia do domínio, que vem para estabelecer o tom político que os evangélicos em Brasília viriam a adotar nos anos seguintes.

Explico. A teologia da prosperidade (TP) consiste no ensinamento de que “os cristãos têm direito a bem-estar, saúde e boa condição financeira para que desfrutem na Terra os privilégios de serem ‘filhos do Rei’.”³⁶ Seus pregadores ainda fazem referência à glossolalia ao exaltar a “confissão positiva” – crença de que, ao manifestar através da voz um objetivo que se almeja, a ti ele será concedido. Entretanto, para isso, é necessário que sua fé seja comprovada através de doações – mas não quaisquer, e sim daquilo que mais te fará falta. Em “Os neopentecostais e a Teoria da Prosperidade”, Ricardo Mariano descreve:

“O crente que almeja receber grandes bênçãos de Deus precisa ser radical na demonstração de sua fé. Deve fazer doações que do ponto de vista do "homem natural" e do cálculo racional seriam loucura. Precisa dispor de coragem. Deve assumir riscos, doando à igreja algo valioso como salário, carro, casa, poupança, herança, jóias, caminhão etc., com a certeza de que reaverá, multiplicado, o que ofertou. Não pode guardar qualquer resquício de dúvida quanto ao retorno de sua

³⁴ O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos? (MAFRA, SWATOWISKI e SAMPAIO, 2012). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ccMvHMCYvqfBqv4RzDppCgv/?lang=pt>. Acesso: 03/05/2023 às 14:37

³⁵ Datafolha 2019 em NEXO. *A ascensão e influência das igrejas neopentecostais* (ROCHA, 2020). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais#section-76>. Acesso: 03/05/2023 às 14:45

³⁶ Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder (DIP, 2ª edição, 2019, p.81)

fé, já que, como admoestam os pastores, 'a dúvida é do Diabo'." (1996, p. 38)

A popularização da TP implica em uma subversão dos valores cristãos historicamente marcados pela austeridade de uma vida sem luxos, quando não por uma vida de pobreza *per se*. A máxima “É mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha, do que um rico entrar no Reino de Deus” perde força e serve a um cenário de um país considerado “emergente” e com expectativas de se tornar uma “potência capitalista” – além de demarcar um novo caminho que viria a ser seguido por diversos seguimentos evangélicos a partir dali.

“Com promessas de que o mundo seria *locus* de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a Teologia da Prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação de várias denominações pentecostais aos valores e interesses mundanos das sociedades capitalistas” (MARIANO, 1996, p.28)

É notável que a Teologia da Prosperidade já serve a fins que estão fora da esfera religiosa e flertando com o envolvimento em questões econômicas essencialmente atribuídas ao debate político, entretanto é através da Teologia do Domínio que esse envolvimento vem a se consolidar para formar o que hoje conhecemos como “a bancada evangélica”. Enquanto a TP ocupa o espaço de legitimar os anseios materiais dos fiéis, a Teologia do Domínio, por sua vez, atua para materializar os desejos do espectro ideológico-moral do evangélico; na obra *Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais* (2003), Ricardo Mariano afirma que as igrejas neopentecostais parecem ir mais longe na luta do bem contra o mal do que suas predecessoras pentecostais:

“O fato é que elas hipertrofiaram a guerra entre Deus e diabo pelo domínio da humanidade. [...] Os seres humanos participam ativamente dessa guerra, mesmo que não tenham consciência disso. Mais que isso: é dever primordial do cristão engajar-se no combate às forças das trevas [...]. Esse combate, portanto, constitui uma pré-condição para evangelizar indivíduos submetidos ao poder do diabo.” (2003, p. 25)

Mariano afirma, ainda, que o fator principal para que este princípio ganhe tração no discurso neopentecostal é justamente o fato de que a “ação do diabo” não enxerga fronteiras e pode ser atribuída à praticamente qualquer aspecto da sociedade. “[...] desigualdade social, injustiça, violência e guerras podem ser explicadas como maldições hereditárias ou territoriais”; e pontua que é comum que pastores acusados de estupro usem dessa mesma alegoria para justificar suas atitudes e alegar inocência perante a comunidade religiosa. O pastor da Igreja Internacional da Graça de Deus,

R.R. Soares, outro grande propagador da Teologia do Domínio afirma que “[...] não existe nada que esteja fora da ação demoníaca. No futebol, na política, nas artes e na religião, nada escapa ao cerco do Diabo”³⁷. Na construção desse cenário caótico de guerra, os fiéis são colocados nos papéis dos “guerreiros da fé” que devem vencer “a batalha contra o mal” “munidos de fé” com as “armas de Deus engatilhadas para atacar o inimigo” – os termos belicosos não são por acaso. É fundamental para a TD que o fiél se veja nesse papel de guerreiro minoritário que luta uma batalha pela justiça divina para que a violência por trás do discurso seja atenuada.

Em 2015, a Igreja Universal era a instituição por trás do grupo de *Facebook* “Gladiadores do Altar” – um grupo de evangélicos que postava nas redes sociais vídeos e fotos que mostravam “rapazes com cabelos cortados ao estilo militar, prestando continência para um líder. Marchavam uniformizados: coturno, calça e camiseta – esta apresentava, nas costas, um emblema composto por um escudo transpassado por uma espada medieval; em seu centro liam-se as iniciais ‘G.A.’”³⁴. Apesar dos vídeos terem surpreendido àqueles que não estão inseridos no meio neopentecostal, a tática não surpreendeu principalmente a pesquisadores do tema como Bruna Suruagy que pontua em um trecho do livro de Andrea Dip:

“A convocação nas Igrejas tem esse ritual bélico. E o soldado é aquele que está ali para obedecer e para combater. A bancada [evangélica] usa isso também. Valoriza o tamanho do adversário para convocar os integrantes” (DIP apud. SURUAGY, p.91)

É possível observar empiricamente o que Suruagy expõe no comportamento de membros da bancada evangélica ao fazerem discursos ou concederem entrevistas acaloradas com o uso de termos que colocam em xeque o decoro dos membros dentro das casas [Câmara dos Deputados e Senado Federal]. O pastor e deputado Marco Feliciano, os deputados Luis Carlos Heinze, Onyx Lorenzoni, Eduardo Bolsonaro e seu pai e ex-presidente da República, Jair Bolsonaro são apenas alguns dos nomes que vamos explorar e categorizar no desenvolvimento da pesquisa a que este artigo se propõe. A partir de agora observaremos quais elementos discursivos mais se repetiram nos últimos anos nas redes sociais dos expoentes da bancada evangélica além de observar quais pautas essa bancada prioriza na votação de projetos e no engajamento discursivo – principalmente com a finalidade de produzir conteúdo para mídias sociais.

³⁷ Trecho retirado da obra “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (DIP, 2ª edição, 2019, p.89) e (p. 91)

3. A bancada evangélica

Antes de começar as análises, creio ser importante explicitar que a existência da “bancada evangélica”, em melhores termos, da Frente Parlamentar Evangélica *per se* não caracteriza nenhum tipo de transgressão à laicidade do Estado brasileiro, como é apontado pelo senso comum. Por outro lado, da mesma forma que a parcela evangélica da população deve estar representada no Congresso Nacional, outros segmentos religiosos de igual importância para seus seguidores seguem sendo subrepresentados – tais como os espíritas, umbandistas, candomblecistas entre outros. O que diferencia os evangélicos, para além do volume de adeptos e de questões estruturais, é a organização interna que existe para a ocupação de cargos públicos. Segundo Andrea Dip, os pentecostais começaram a se envolver na política brasileira ainda na década de 1960; a autora cita um trecho de Neopentecostais³⁸:

“Ao substituir a velha máxima ‘crente não se mete com política’ por projetos eclesiais corporativistas, radicados no *slogan* ‘irmão vota em irmão’, entraram [os neopentecostais] de ‘corpo e alma’ no jogo político. Avidamente cortejados e assediados por partidos e candidatos, vários desses ‘irmãos’ passaram a trocar voto e apoio eleitoral por cargos, recursos, favores e concessões – sempre públicos – de toda espécie.” (DIP apud. MARIANO, 2019, p. 74)

Segundo Bruna Suruagy, os pentecostais só vieram a deslanchar na política através de um plano elaborado pela IURD no início da década de 1990; Dip transcreve a pesquisadora:

“A cúpula da Igreja, formada por um conselho de bispos da confiança de Edir Macedo, indica candidatos em um procedimento absolutamente verticalizado, sem a participação da comunidade. Os critérios para a escolha desses candidatos, de maneira geral, têm base em um certo recenseamento que se faz do número de eleitores em cada igreja ou em cada distrito. Cada templo, cada região tem apenas dois candidatos, que seriam o candidato federal e o estadual. Ela [a IURD] desenvolveu uma racionalidade eleitoral a partir de uma distribuição geográfica e partidária dos candidatos.” (DIP apud. SURUAGY, 2019, p. 75)

Esta organização interna se tornou um exemplo para outras denominações pentecostais, justamente porque seu funcionamento era visível no constante aumento, eleição após eleição, de candidatos eleitos com o nome da Igreja Universal. A pesquisadora ressalta, ainda, que todos os candidatos da IURD assinam um termo de

³⁸ Livro de Ricardo Mariano (2ª edição, 2005)

comprometimento no qual especifica-se o apoio a outros candidatos da congregação em caso de derrota eleitoral.

É através desse sistema que, em 1986, nasce a bancada evangélica; em 2002, durante o primeiro mandato de Lula, “Os evangélicos ganharam certo protagonismo; Lula ofereceu cargos, se aproximou do PP, no qual estava boa parte dos representantes da Igreja Universal, e depois do PRB, que foi fundado tendo como vice-presidente [da República] José de Alencar.”³⁹ – dessa forma, a Frente Parlamentar Evangélica é oficializada pela primeira vez em 2003. De lá para cá, alguns acontecimentos marcaram a bancada evangélica e moldaram suas mudanças de estratégia e gestão midiática.

Em 2004, o envolvimento do Bispo Rodrigues (PL-RJ) com o então subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, Waldomiro Diniz fez com que a Universal passasse a ser mais discreta nas suas ações dentro da esfera política. Isso porque o bispo-deputado foi afastado das atividades eclesiais durante um episódio do programa “Fala que Eu Te Escuto” na TV Record. Na época ele foi apontado como responsável por nomeações de funcionários fantasma para a Loterj durante a gestão de Anthony Garotinho (1999-2002). Mesmo renunciando ao cargo em 2005, Rodrigues foi condenado posteriormente no julgamento do Mensalão.

Já em 2010, com a candidatura de Marina Silva à presidência da República, a FPE teve uma figura autodeclarada como evangélica para apoiar em um cargo de maior relevância pela primeira vez – mas Marina não correspondeu às expectativas da bancada. Primeiro por não se colocar como “uma candidata evangélica”, mas sim como uma “terceira via”; segundo, por conta de seu discurso aberto às pautas femininas e da comunidade LGBTQIA+. Essa insatisfação, associada ao descontentamento em relação ao Plano Nacional de Ensino de Dilma Rousseff, fez com que alguns nomes surgissem dentro da própria Frente Evangélica para protagonizar a oposição governista, resultando em alterações significativas dentro das Casas Legislativas. São eles: Eduardo Cunha e Marco Feliciano.

No caso de Cunha, o ex-presidente Michel Temer afirmou em entrevista ao jornalista Eduardo Oinegue⁴⁰ (UOL) que havia uma condicional para que o então

³⁹ Magali Cunha em trecho do livro “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (DIP, 2ª edição, 2019, p.78)

⁴⁰ CONGRESSO EM FOCO. *Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara* (UOL, 2017). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>. Acesso: 10/06/2023 às 19:14.

deputado em julgamento e presidente da Câmara arquivasse todos os pedidos de *impeachment* de Dilma Roussef: que os petistas membros do Conselho de Ética responsável por julgá-lo durante mais de dez meses votassem a favor de sua absolvição.

“Quando foi três horas da tarde, mais ou menos, ele [Eduardo Cunha] me ligou dizendo: ‘Olha, tudo aquilo que eu disse não vale, porque agora eu vou chamar a imprensa e dar início ao processo de impedimento. Então, veja que coisa curiosa: se o PT tivesse votado nele naquela comissão de ética, é muito provável que a senhora presidente continuasse [no mandato]’.” (TEMER, em entrevista Congresso em Foco, 2017) ⁴¹

Dez anos após o escândalo envolvendo o Bispo Rodrigues e agora com o apoio de figuras de muita relevância como Eduardo Cunha, a FPE estava, mais do que nunca, se organizando para o que, em 2016, se concretizaria como o golpe à presidenta Dilma. O desgaste com os governos do PT datava, segundo Christina Vital⁴², já do segundo mandato de Lula, principalmente por conta do espaço que pautas progressistas relacionadas a minorias ganharam no período. Já durante o governo Dilma, com o lançamento do material anti-homofobia aprovado pelo Ministério da Educação, o clima entre o governo e a bancada evangélica piorou consideravelmente. Além disso, no decorrer de 2015, os debates sobre a laicidade se intensificaram na sociedade, o que gerou um senso de urgência nos parlamentares da FPE – algo precisava ser feito. Dessa forma que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, assume a centralidade no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em entrevista para Andrea Dip, o pastor Ariovaldo Ramos, ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira e um dos fundadores da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito afirma que “os partidos de direita, mais conservadores em geral, se aproveitaram do crescimento evangélico e da proximidade das Igrejas com os temas morais para formar alianças”⁴³. O resultado disso é visto até hoje na atuação da bancada evangélica, sempre associada a pautas como a criminalização do aborto, o desmonte dos direitos LGBTQIA+, a flexibilização das leis relacionadas ao porte de armas e, mais

⁴¹ CONGRESSO EM FOCO. *Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara* (UOL, 2017). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>. Acesso: 10/06/2023 às 19:14.

⁴² Antropóloga e fonte de Andrea Dip para o desenvolvimento do livro “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (DIP, 2ª edição, 2019)

⁴³ Trecho retirado da obra “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (DIP, 2ª edição, 2019, p.57)

recentemente, como vamos verificar, pautas antiambientais, antivacinação, a favor do *homeschooling* e contra a regulamentação da internet.

3.1. A bancada evangélica (2018-2022)

No período de 2018 a 2022, a bancada evangélica contou com 84 deputados⁴⁴, sendo a Assembleia de Deus a que mais elegeu candidatos (30). A IURD aparece com 17 candidatos eleitos, enquanto outras evangélicas aparecem com menos representantes; o Evangelho Quadrangular elegeu quatro candidatos e a Congregação Cristã no Brasil apenas dois candidatos.

Dentre os deputados eleitos para esse mandato está David Soares, filho do pastor R. R. Soares, representando a Igreja Internacional da Graça de Deus. Ele esteve ausente em 20 das 142 votações que tramitaram no Congresso durante o seu mandato, e votou a favor da PEC Kamikaze, da legalização da posse de armas em toda a propriedade rural e da permissão para que empresas privadas pudessem adquirir vacinas antes que o SUS completasse a vacinação de grupos prioritários. O então deputado foi contrário ao uso obrigatório de máscaras em escolas e comércios e à suspensão de ordens de despejo durante a pandemia. Além disso, também votou contra a constitucionalização das cotas do fundo eleitoral para mulheres – projeto que visa assegurar a destinação mínima de 30% do valor do fundo eleitoral partidário para candidatas mulheres⁴⁵.

Além de David, outros nomes polêmicos compuseram a bancada de 2018 a 2022, como o ex-delegado de polícia civil João Campos, autor do PDC 234/11, que popularizou-se na mídia como projeto da “cura gay” – visto que visava derrubar dois dispositivos do Conselho de Psicologia: o que proíbe os psicólogos de colaborar com eventos e serviços que proponham a cura e o tratamento da homossexualidade; e o que proíbe psicólogos de fazer pronunciamentos que reforcem os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem

⁴⁴ DIAP. *Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado*. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso: 15/05/2023 às 12:29

⁴⁵ G1. O voto dos deputados. Disponível em: <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/camara-dos-deputados/brasil>. Acesso: 10/06/2023 às 19:29.

psíquica⁴⁶. João Campos chegou a ser cotado por Jair Bolsonaro como candidato preferencial para presidente da Câmara⁴⁷.

Outro nome notável durante o período é o do pastor Marco Feliciano, eleito pela primeira vez em 2010, o parlamentar, assim como o seu colega João Campos, se posicionou contra o PL 122/2006, projeto que visava a tipificação da homofobia como crime no código penal brasileiro. Além disso, ficou conhecido por defender publicamente o ensino do criacionismo bíblico na educação básica, criticar os avanços dos direitos femininos e criticar manifestações de afeto em público de membros da comunidade LGBTQIA+.

- **Expoentes⁴⁸**

Os conservadores

- Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) | Igreja Batista
- Joice Hasselmann (PSL-SP) | Igreja Batista
- Pastor Marco Feliciano (PODE-SP) | Catedral do Avivamento (igreja ligada à Assembleia de Deus)

Os progressistas

- Rejane Dias (PT-PI) | Igreja Batista (CBB)
- Benedita da Silva (PT-RJ) | Assembleia de Deus

- **Principais pautas⁴⁹**

Historicamente é possível observar que, ao menos a partir de 2006, os candidatos da bancada evangélica passaram a paulatinamente radicalizar seus posicionamentos em público, seja dentro da Câmara dos Deputados ou em entrevistas à grande mídia. No mandato de 2018-2022, com um membro autodeclarado “terrivelmente evangélico” à frente do Poder Executivo, o padrão de comportamento se repetiu. As pautas que mais geraram mobilização da bancada no período foram, naturalmente, relacionadas à pandemia da covid-19; a maior parte dos candidatos da

⁴⁶ SIQUEIRA. *Deputado apresenta novo projeto sobre tratamento de gays*, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/408511-deputado-apresenta-novo-projeto-sobre-tratamento-de-gays/>. Acesso: 11/06/2023 às 19:52.

⁴⁷ A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro (2018) (LOPES, 2018, p. 12 do arquivo dos anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias)

⁴⁸ DIAP. *Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado*. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso: 15/05/2023 às 12:29

bancada optou por se posicionar contra o uso obrigatório de máscaras em escolas e comércios e apoiaram a permissão para empresas privadas adquirirem vacinas antes da vacinação de grupos prioritários pelo SUS. Foi possível notar, também, um alinhamento dos deputados às pautas relacionadas à flexibilização do porte e posse de armas - os membros da bancada, em maioria absoluta, foram favoráveis ao PL 3.715/2019 e ao PL 3.723/2019. Já em 2022, pautas como o *homeschooling*, a PEC Kamikaze e o PL dos Agrotóxicos foram pontos de forte convergência dos candidatos da bancada evangélica⁵⁰.

3.2. A bancada evangélica (2023)

Para o mandato de 2023 foram eleitos 75 deputados que se autodeclararam evangélicos – 14 deles associados à IURD e 10 à Assembleia de Deus. Além disso, apenas 48 deles foram reeleitos, o que pode acarretar uma diminuição no contingente dos participantes da Frente Parlamentar Evangélica; entretanto, ainda que essa diminuição se concretize, a tendência é que a bancada seja mais alinhada em relação às pautas conservadoras - considerando que a maior parte dos novos membros ascenderam em meio à polarização “bolsonaro-lulista”. Um dos exemplos está no candidato com mais votado, Nikolas Ferreira, que se elegeu pela primeira vez com apenas 26 anos e 1,47 milhão⁵¹ de votos no estado de São Paulo.

- **Expoentes⁵²**

Os conservadores

- Nikolas Ferreira (PL-MG) | Igreja Comunidade Evangélica Graça e Paz
- Eduardo Bolsonaro (PL-SP) | Igreja Batista
- Marcel Van Hattem (NOVO-RS) | Igreja Evangélica Luterana do Brasil

Os progressistas

- Rejane Dias (PT-PI) | Igreja Batista (CBB)

⁵⁰ G1. O voto dos deputados. Disponível em: <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/camara-dos-deputados/brasil>. Acesso: 10/06/2023 às 19:29.

⁵¹ Informações disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milhao-de-votos/>. Acesso: 17/05/2023 às 20:47

⁵² Dados obtidos de anexo do REQ 1346/2023, requerimento de criação da Frente Parlamentar Evangélica. Informações referentes ao requerimento disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358867>. Documento em anexo disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2265298&filename=RelConfAssinaturas%20REQ%201346/2023. Acesso: 05/06/2023 às 16:23.

- André Janones (Avante-MG) | Igreja Batista da Lagoinha
- Marina Silva (Rede-SP) | Assembleia de Deus
- Pastor Henrique Vieira (PSOL) | Igreja Batista do Caminho

- **Principais pautas**⁵³

Como a produção deste artigo se dá durante o início do primeiro ano de mandato dos candidatos ainda não há uma base de dados catalogada para análise, entretanto o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder da Frente Parlamentar Evangélica, declarou em entrevista à Jovem Pan⁵⁴, em 28 de janeiro, que a bancada pretende prospectar principalmente a legalização do *homeschooling*, a redução da maioria penal, o estatuto da família e o estatuto do nascituro.

⁵³ UOL. *Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da câmara, mas não atinge meta* (BIMBATI, 2022). Informações retiradas da pesquisa de Guilherme Galvão Lopes (FGV). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>. Acesso: 15/05/2023 às 12:24

⁵⁴ JOVEM PAN NEWS. *Deputado Sóstenes Cavalcante fala sobre as expectativas para a volta do trabalho na Câmara* (2023). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Che5yq4Nq2A&ab_channel=JovemPanNews. Acesso: 17/05/2023 às 19:02

4. Considerações finais

Começar a fundamentação deste artigo com o contexto histórico-político das relações entre Estado e religião foi essencial para a compreensão do tema como um todo. Partindo da relação da Igreja Católica com os Estados europeus em meados do século XVI, foi possível elaborar uma linha do tempo que demarcasse desde a chegada do evangelicalismo ao Brasil, ainda como um reflexo do movimento estadunidense, até a sua emancipação ideológica que se concretizou na terceira onda (FREESTON, 1996) com os primeiros grupos que se denominaram como neopentecostais – e é sobre essa base que as reflexões sobre a laicidade do Estado brasileiro de construíram.

Durante todo o século XX percebe-se que as constituições brasileiras passaram por períodos de avanços e retrocessos - num “vai-e-vem” que traduz as divergências sobre a concepção não só do que seria a laicidade em si, como também sobre quais seriam os seus limites e qual o espaço que a religião ocuparia na República Federativa do Brasil. A lógica liberal, importada indiretamente do protestantismo europeu típico de Locke que estava presente na primeira Constituição Francesa de 1791, foi essencial para estabelecer as bases teóricas do que consideramos um Estado laico nos dias de hoje, segundo a Constituição vigente.

Para alcançar o objetivo principal deste artigo, fez-se necessário observar quais os pontos de convergência entre a história do pentecostalismo e do neopentecostalismo e a história da política institucional brasileira. Só então, através do cruzamento dessas informações, foi possível estabelecer o momento no qual a religião evangélica adentrou os terrenos da política e passou a ocupar espaços de poder de forma organizada e defender uma agenda paralela de interesses. A observação dos dados referentes aos membros da bancada evangélica nos períodos de 2018-2022 e as perspectivas para o mandato de 2023-2027 confirmaram o alinhamento ideológico do grupo parlamentar às pautas da extrema-direita – essencialmente bolsonarista, ainda que haja algumas divergências neste aspecto. No entanto, não se pode constatar que a organização política da Frente Parlamentar Evangélica impeça - ou ainda prejudique - a organização de outros grupos religiosos dentro do Congresso Nacional.

Por fim, o principal objetivo deste artigo foi alcançado: promover embasamento teórico para a produção da grande reportagem “Instrumentos da fé” - e do podcast subsequente - que abordarão histórias de evangélicos pentecostais que sofreram algum tipo de abuso moral através do aparelhamento da fé com o intuito de obter benefícios pessoais ou de terceiros durante as eleições de 2018 e 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATOS, Alderi. “O Movimento Pentecostal: Reflexões a Propósito do seu Primeiro Centenário”. Fides Reformata XI nº 2, 2006, p. 30.

FRESTON, Paul. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. “Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo”. Rio de Janeiro, 1994.

MAFRA, Clara; SWATOWISKI, Claudia e SAMPAIO, Camila. “O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos?”. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 27, 2012.

MARIZ, Cecília; MAFRA, Clara; CARNEIRO, Leandro; VELHO, Otávio; SANCHIS, Pierre e FERNANDES, Rubem César. “Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política”. Rio de Janeiro, 1998.

ROCHA, Camilo. “A ascensão e influência das igrejas neopentecostais”. NEXO, 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Quem são os deputados”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

G1. “O voto dos deputados”. Disponível em: <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/camara-dos-deputados/brasil>.

BRITO, Thais. “Paz de Westfália: o marco das Relações Internacionais”. POLITIZE!, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/paz-de-westfalia/>.

ZYLBERSZTAJN, Joana. “O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988”. São Paulo, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “A história da Câmara dos Deputados”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/oimperio.html>.

SILVA, Diogo Bacha e. “Laicidade e Estado Democrático de Direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático”. Revista da Faculdade de Direito – RFD-UERJ, nº31. Rio de Janeiro, 2017.

REIS, Livia. “Estado Laico”. RELIGIÃO E PODER, 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/estado-laico/>.

CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *“ESTADO, IGREJA E LIBERDADE RELIGIOSA NA ‘CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL’, DE 1824”*. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

PIRES, Mauricio. *“A Religião e o Estado Laico”*. JUSBRASIL, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-religiao-e-o-estado-laico/167709988>.

QUIXABEIRA, Larissa. *“Maior igreja evangélica do Brasil: Assembleia de Deus articula criação de partido político”*. JORNAL OPÇÃO, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/maior-igreja-evangelica-brasil-assembleia-de-deus-articula-criacao-de-partido-politico-89726/>.

ROCHA, Daniel. *“FAÇA-SE NA TERRA UM PEDAÇO DO CÉU”: PERSPECTIVAS MESSIÂNICAS NA PARTICIPAÇÃO DOS PENTECOSTAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA*. *Perspectivas Teológicas* 52, 2020.

Redação. *“Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE”*. G1, 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>.

DIP, Andrea. *“Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder”*. Rio de Janeiro, 2019.

PREUSS, Larissa Pothin. *“As telereligiões no teleespaço público: o programa Vitória em Cristo e a estratégia de mesclar evangelização e preparação política”*. São Paulo, 2015.

Redação. *“Tudo sobre Silas Malafaia”*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/silas-malafaia/>.

Redação. *“Malafaia defende Bolsonaro e critica imprensa no caso das joias”*. PODER 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/malafaia-defende-bolsonaro-e-critica-imprensa-por-caso-das-joias/>.

Redação. *“Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara”*. Congresso em Foco – UOL, 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>.

Redação. *“Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado”*. DIAP, 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>.

SIQUEIRA, Carol. “Deputado apresenta novo projeto sobre tratamento de gays”. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/408511-deputado-apresenta-novo-projeto-sobre-tratamento-de-gays/>.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. “A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro (2018)”. Arquivo dos anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias.

XAVIER, Luiz Gustavo. “Nikolas Ferreira é o deputado mais votado do país com 1,47 milhão de votos”. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milhao-de-votos/>.

CÂMARA, Silas; CHRISÓSTOMO, João; KATAGUIRI, Kim e outros. Requerimento de Criação de Frente Parlamentar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358867>.

BIMBATI, Ana Paula. “Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da câmara, mas não atinge meta”. UOL ELEIÇÕES, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>.